

ESTRATÉGIAS TECNOCRÁTICAS DE CAÇA ÀS BRUXAS À SOMBRA DE SENTIDO ADORNADO COMO CONTROLE DE CORPOS NEGROS: A BRUXA É PRETA, PERIFÉRICA E ESTÁ MORRENDO EM HOSPITAIS POR VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Gabriela Soares de Araújo¹
gabsaraujoo@gmail.com

RESUMO: *Este artigo pretende movimentar uma análise com base na abordagem antropológica em relação à violação de direito contra duas mulheres negras, eventos nomeados como violência obstétrica: Alyne Pimentel, em 2003, e Rafaella Santos, em 2015. Nesse sentido, ao reavaliar a semiótica das categorias "corpo" e "gênero", sobretudo quando se dialoga com os conceitos de biopoder e necropoder. Como parte desse esforço, o contexto neofascista atual recai sob o resgate de corpos identificados como dissidentes, especialmente ao tratar da reivindicação de direitos sexuais, reprodutivos e de saúde integral. Em outras palavras, destacar uma historicidade que ainda persegue pessoas que têm um útero e circunstâncias atravessadas por marcadores sociais de raça e classe. A morbimortalidade materna como elo interdependente à precarização da vida.*

Palavras Chaves: *Corpos racializados; Corpos dissidentes; Precarização da vida; Violência obstétrica.*

ABSTRACT: *The following paper intends to prosecute an anthropological approach regarding right's violation against two black women, events nominated as obstetric violence: Alyne Pimentel, in 2003, and Rafaella Santos, in 2015. The present analysis proposes to reevaluate the "body" and "gender" categories' semiotics, especially when dialoguing with the biopower and necropower concepts. As part of this effort, the actual neofascist context addresses the rescue of bodies identified as dissidents, even more in the revindication of sexual, reproductive and integral health rights. In other words, the paper highlights a historicity that still persecutes people who have a womb and circumstances crossed by social markers of race and class - the maternal morbidity and mortality as an interdependent link to the precariousness of life.*

Keywords: *Racialized Bodies, Dissident Bodies, Precariousness of Life, Obstetric Violence.*

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília.

Eu me lembro que eu me batia na maca. E eu gritava, chamava e não tinha ninguém pra vim conversar comigo. Se você gritar, ou quanto mais você gritar, menos, elas — as enfermeiras —, vão te atender. — Disseram. E eu já tinha ouvido isso durante minha gravidez. E, quando eu cheguei no hospital pra ter meu filho, eu gritava alto! Gritava, gritava, gritava! E elas não vinham me ver.” (Relato retirado do documentário “A Dor Reprimida: Violência obstétrica e mulheres negras”. Produção: SALES, Mariana. 2017).

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende perpassar a partir de uma abordagem antropológica por duas situações de violação de direitos em que foi acometido à duas mulheres e que foi identificada como violência obstétrica, sendo as situações: o caso de Alyne Pimentel que ocorreu em 2003 e de Rafaela Santos que ocorreu em 2015, ambos como ocorrências fatais às vítimas e aos filhos. A iniciativa que move este, objetiva, especialmente, uma análise reflexiva à luz de contribuições teóricas que me concedem a tentativa ao percorrer por algumas das particularidades dessa violação de direitos humanos, sociais, sexuais e reprodutivos diante intersecção de marcadores sociais como raça, gênero e classe com interfaces para além destes, como também a faixa-etária.

Uma vez que, se faz presente o destaque como a localidade encontrada neste eixo temático, agrega, sobretudo, ao concebermos morbimortalidade materna e suas respectivas negligências enquanto continuidade de práticas de dominação de corpos que: outrora estiveram enclausurados como “não-ser”, não dotados de condição ou aspecto maternal, ou ainda, sequer afetividade, sob a ótica colonialista. Já que sob o firmamento no presente contexto brasileiro de controle e monitoramento de pessoas com útero, cisgêneras ou não. Cabe ainda nos indagarmos como a contemporaneidade e o que é reproduzido por/pela mesma, tendo em vista seu esvaziamento adornado de viés progressista, moderno e neoliberal, contribui para prerrogativas de aprisionamentos de corpos, mentes, e, respectivamente, suas crias, seus sucessores.

NEGLIGÊNCIAS, VIOLAÇÕES E MICROVIOLÊNCIAS SOB APARATO ESTATAL TECNICISTA, CONTROLADOR E HIGIENISTA: SOU EU QUE DECIDO SE MEU CORPO ESTÁ NECESSARIAMENTE ATRELADO ÀS MINHAS REGRAS?

À luz de contribuições como de Davis (2016) que permitem esta reflexão, ao iniciar questionando em que medida corpos considerados abjetos puderam, ou não, reivindicar por seus direitos sexuais e reprodutivos em algum momento. Considerando a análise da autora que comunica com esta escrita, especialmente no que concerne o capítulo 12: “Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos”, a autora indica deslocamentos essenciais para desprender alguns dos argumentos eugenistas no séc. XIX no contexto norte-americano, tornam-se presentes na modernidade ou sobre o que projeta-se da mesma no que se trata de suas problemáticas, suas particularidades e o campo de intersecção que age

de maneira decisiva sobre pessoas negras, com ênfase sobre pessoas com útero.

A possibilidade de escolha, autonomia ou participação ativa não lhes foi cabível nos casos de violência obstétrica anteriormente citados. Alyne Pimentel e Rafaela Santos, mulheres negras, periféricas, e moradoras do Rio de Janeiro, perderam suas vidas por motivos diversos no que se trata este eixo que pretendo expor sobre morbimortalidade materna e perinatal. Nesta esfera específica, mortas pela condição de parturientes, sobretudo, pela interseccionalidade a qual Davis (2016) e outras resgatam, pela conjunção de gênero, raça e classe imbricados entre si.

Eventualmente, diante de bases ideológicas da contemporaneidade e os aspectos sob adorno da modernidade, essas mulheres não deveriam morrer. Uma vez que, o ideal de progresso e as movimentações, já presentes no séc. XIX, também por ativistas feministas de camadas médias e altas. Entretanto, por esta mobilização, entende-se que a mesma opera mediante um modelo padronizado de libertação feminina, que foi esvaziado em seu sentido mais amplo, uma vez que, o respectivo controle de natalidade se articulou como resposta efetiva à crise (DAVIS, 2016, p. 206; p. 212), que constava no passado, e ainda torna-se atual, presente, efetivo e atua na mesma manutenção para invisibilidade de tais apontamentos.

De acordo com o relato da mãe de Rafaela Santos (WERNECK e IRACI 2016), embora a mãe estivesse presente, algumas das informações sobre as circunstâncias que estavam ocorrendo não chegaram até a “mãezinha”². Sendo assim, a crítica abordada por Davis em “Mulheres, raça e classe”, busca, justamente, reconsiderar os papéis sociais que a sistemática de ambiente hospitalares e a organização social incorporam aspecto de assistencialismo, ou no sentido daquele indivíduo que é tutelado. Melhor dizendo, por vezes, refletir como o início de movimentos pela libertação feminina e a composição racial do mesmo não analisou as particularidades de outras pessoas com útero que, no contexto, são racializadas, como apontado com Angela Davis. Ou seja, desde o período escravocrata em situação de sub-humanidade, subnatureza ou enclausuradas à histeria.

No propósito ao evidenciar como os modelos tecnocráticos e/ou tecnicistas hospitalares, seus agentes, e as estruturas que inicialmente o consolidaram movimentam-se a partir de *necropolíticas* que são eugenistas, compondo estratégias de controle populacional e controle de natalidade (DAVIS, 2016, p. 216). Ou ainda, ao me questionar que pessoa está mais suscetível ao “descuido” hospitalar que leva à morte e esquecimento de mulheres negras e/ou de camadas menos favorecidas, posteriormente associadas aos dados estatísticos.

E, nessa perspectiva, o movimento atual no contexto brasileiro que têm atuado pela manutenção disparada do neoliberalismo, torna-se urgente manifestar por direitos sexuais

² A ideia se faz presente ao problematizar este termo de modo comparativo a partir de marcadores de raça e de classe, bem como o intuito que remonta à infantilização, bem como direciona ao sentido de “infans” que já houvera sob aportes racistas e colonizadores. De acordo com Fanon (2008), Cap: 1 “Negro e Linguagem” e Gonzalez (1984), a linguagem que enfatiza, especialmente pessoas negras, recapturando a ideia daquele que é falado pela terceira pessoa. Ou seja, tal qual uma criança que não é apta a falar por si mesma, há, esse outro alguém, uma vez que, diante dessa especificidade busco evidenciar nesta situação hipotética: um indivíduo geralmente do sexo masculino, branco, trajado de jaleco, imerso em um contexto androcêntrico tecnicista que, não vislumbra autonomia nas corporalidades físicas, nas relações cognitivas e de sensibilidade daquelas que encontram-se na instituição para serem atendidas.

e reprodutivos legítimos às pessoas com útero, geralmente residentes de bairros periféricos que assusta em larga escala, anteriormente como relatado por Davis, meados de 1914, e hoje. O passado e o presente complementam-se. Por esse ângulo, a vida e a morte como aspectos significativos e determinantes para refletir acerca de vidas, bem como aos processos de gestar e parir (TEMPESTA, 2019).

Bem como a autora resgata em um trecho, cabendo a nós refletir o impacto que a precarização da vida retém seletivamente sobre corporalidades negras que majoritariamente estiveram à margem, à situação de exclusão ou a repulsa permeado pela ótica do *Neomalthusianismo*:

“Pessoas com atraso e deficiência mental, epilépticas, analfabetas, miseráveis, que não têm condições de obter emprego, criminosas, prostitutas e viciadas deveriam ser cirurgicamente esterilizadas” (DAVIS, 2016, p. 216). Relato de Margaret Sanger através de um programa de rádio, em 1932, como membra da Sociedade Eugenista.

Em vista disso, meu foco norteia-se, especialmente, pelas demandas diante agenciamento do Estado no que se refere a negligência que não têm garantido direitos e humanização na gestação e no parto, e como ainda não é permitido às mulheres dessas camadas específicas, dado que, a dupla jornada de trabalho, ou até tripla, não as contempla para romper com organizações normativas vigentes, ou opor-se às narrativas hegemônicas de maneira prática quando provocamos noções acerca de maternidade, de saúde e as resistências que lhe estão associadas nestes casos.

Cabe ainda evidenciar como o Estado torna-se omissivo, bem como as políticas públicas negligentes, e a veiculação de fatos como este nos é permitida através de mídias sociais, provavelmente na região do fato pelo *boca a boca*. Ou seja, como podemos manifestar de modo não hierárquico sobre esses objetos de estudos, especialmente, os respectivos casos de violência obstétrica que levaram à morte. Assim, essas mesmas corporalidades negras estiveram, majoritariamente, submetidos às táticas de extermínio? Seja de saúde reprodutiva, sobrevivência ou o constante embate ao controle hegemônico de pessoas negras com útero e/ou de camadas baixas?

Tal perspectiva analítica dialoga com as contribuições de Mattar e Diniz (2012), em que há hierarquias também quando provoço a produção de sentidos sobre maternidades, afetos, e relações conjugais e familiares entre o que normalmente o *status quo* idealizou como “a composição de famílias”. Ou seja, sob um panóptico padronizado, heteronormativo e patriarcal que promove desigualdades sobre essa análise. Justamente, sobre esse inquietamento, dado momento que, de acordo com Mattar e Diniz, o termo “direitos reprodutivos” foi institucionalizado pelo feminismo norte-americano (MATTAR e DINIZ, 2012, p.110). Em parte, a localização que ocorre em contexto histórico relativamente alternado, as mesmas representações que concentravam-se com o *boom* do feminismo norte-americano dialoga com as observações de Davis, quando a representatividade não abarcava ou compreendia condições particulares de cada pessoa com útero.

Nesse sentido, quando Tempesta (2019) resgata o entendimento acerca da diferenciação no que concerne às hierarquias reprodutivas, bem como a organização que

estrutura a dinâmica quando pensamos cuidado no nascer e formação de indivíduo, a mesma provoca ao mesmo tempo que problematiza ao ressaltar sobre “tecnologias duras” (MATTAR e DINIZ, 2012 *apud* TEMPESTA, 2019, p. 2) nas experiências de parto. É também identificado a partir da manifestação de saberes permeados através da oralidade realizado entre mulheres que também são saberes tradicionais, de cuidado e de autonomia.

Com esse intuito destaco o seguinte trecho: “ao passo que despreza ou proíbe o trabalho de maternar de outras” (TEMPESTA, 2019, p. 2 e 3), referindo-se às doulas e também sobre humanização da gestação e do parto. Por isso, as mesmas tecnologias, o modelo biomédico restrito na figura unilateral do médico, ou seja, a história da obstetrícia, delimitada como androcêntrica reforça este padrão de acordo com a antropóloga. O mundo pós-moderno insiste ao violentar gestantes quando ritualiza os medos ao parir (TEMPESTA, 2019).

E, nessa perspectiva, de maneira equivalente, pois, embora o racismo por vezes sutil presente nas instituições em sentidos múltiplos, monitora o controle reprodutivo, mais especificamente, o controle de natalidade de pessoas negras que estão inseridos em camadas sociais não aceitas (DAVIS, 2016, p.212). Ou seja, a manutenção do capitalismo atrelado às estratégias racistas perdura-se até os dias atuais, se adaptando e rearticulando. A tática na utilização do medo e da dor associados ao ambiente hospitalar direciona o entendimento de gestantes que encontram-se vulneráveis, e essas circunstâncias provocam resultados em aspectos subjetivos, como por exemplo experiências traumáticas e o adoecimento. Logo, “(...) a partir de mecanismos que articulam Estado, mercado, estigmatização cultural e medos ritualizados.” (MATTAR e DINIZ, 2012 *apud* TEMPESTA, 2019, p.3).

Dado que, diante de uma sociedade ideologicamente meritocrática, se você for, mulher, negra e/ou pobre, mas se esforçar, você consegue adentrar em espaços de privilégios, adentrar em discussões sobre relações sexuais e educação sobre métodos contraceptivos, logo, não justifica reproduzir-se de forma exacerbada. Uma vez que, ter “controle” sobre si, sobre sua sexualidade, e ainda, responsabilizar-se sobre o parceiro que, por vezes, não têm seu devido protagonismo enquanto indivíduo fundamental para discutir maternidades, paternidades e as interfaces da conjugalidade, métodos contraceptivos, saúde sexual e direitos reprodutivos. Mais adiante pretendo retomar esse conteúdo com Dalsgaard (2006) em que a mesma aborda sobre esterilização feminina no Nordeste e os desdobramentos de acordo com a dinâmica local.

ENTRAVES E CONVERGÊNCIAS À FRENTE DO *FEMININO*: ESTE CORPO ANTICOLONIAL, REBELDE E RACIALIZADO FIXADO POR INTERMÉDIO DO OSTRACISMO OPERACIONALIZADO PELO ESTADO

No entanto, antes, percorro pelas contribuições de Federici (2017) que, assim como Davis (2016), contribui com sua análise quando trata-se em apresentar as relações estruturais, a colonização e a (sub)natureza das mulheres sob a ótica do capitalismo, o mesmo que têm enclausurado estes corpos como mais suscetíveis à violações *sui generis*, no âmbito individual e também coletivo. Desse modo, assim como propõe o subtítulo, analisarei como referência à Federici, como esses corpos rebeldes, anticoloniais e, por vezes

selvagens na condição de subnatureza ou bruxas, no momento em que optam ou não pela maternidade estão em constante embates contra-hegemônicos.

Uma vez que, diante das reflexões supracitadas, se, este corpo com útero, não deveria procriar tendo em vista a disputa neoliberal, socioeconômica, situação de miséria ou fome, ou ainda, se, esta pessoa com útero encontra-se em condição de maternidade, diante de ideologias hierárquicas de controle e poder, à esta mãe jaz: a morte — sua e/ou de seu filho, diante das circunstâncias insalubres das instituições de saúde pública, ou a implementação de urgência pela sua esterilização — sua vida relativamente “segurada”. Entretanto, direciono meu enfoque ao problematizar como esta prática imediatista que, por vezes, agrega um intuito corretivo, bem como agravantes por não estreitar laços entre as disposições geracionais que torna precária a vida de mulheres, seus filhos e família.

De acordo com Federici, em que a mesma se manifesta a partir das seguintes provocações:

“Calibã não apenas representa o rebelde anticolonial cuja luta ressoa na literatura caribenha contemporânea, mas também um símbolo para o proletariado mundial e, mais especificamente, para o corpo proletariado como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo” (FEDERICI, 2017, p.23).

“Mais importante ainda, a figura de bruxa, que em *A Tempestade* fica relegada a segundo plano, neste livro situa-se no centro da cena, enquanto encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incentivava os escravos à rebelião” (FEDERICI, 2017, p. 24)

Desse modo, os respectivos corpos, estes sujeitos femininos, parte importante ao pensarmos este corpo proletariado, tornou-se combativo no momento em que optou pelo resgate de sua autonomia, exigindo novas relações de saber, consigo, com o natural e com o social. As apropriações que, outrora foram impostas aos seus modos de viver de forma compulsória pela escravidão, pelo imperialismo, pelo capital, pelo patriarcado, e atualmente é forçado a se reconfigurar através do neoliberalismo que incide de maneira particular sobre este determinado como corpo anticolonial e rebelde. Tais rebeldias, também abordadas por Davis (2016), mas, sob outro aspecto mencionadas por Federici (2017) estruturam uma ruptura ontológica com esses mesmos domínios, através da articulação anti-sistêmica.

Isto é, a plena disseminação da necessidade de controle de natalidade, seja com sustentação em ideologias neomalthusianas, ou pela ideia que superficializa ao esvaziar assistências, cujo caráter eugenista chocou com o posicionamento de mulheres consideradas bruxas, e ainda choca. Pois, assim como ressaltam Mattar e Diniz (2012), em que as mesmas chamam atenção para: “A maternidade voluntária é aquela fruto de uma escolha consciente da mulher (e/ou do casal), que, no exercício de sua autonomia, seguindo seu desejo, opta por tornar-se mãe” (MATTAR e DINIZ, 2012, p. 111), cabe a parturiente decidir e, que ainda, o Estado junto às políticas públicas lhe assegurem condições salubres para gerar uma vida, um ser social.

Assim, observei como a caça às bruxas, ou ainda, às suas crias, tornou-se algo de espetacularização ou mesmo de punitivismo adornado de “descuido” médico, no entanto, recai diante de uma política de morte, ou necropolítica³ (MBEMBE, 2014).

E, nessa perspectiva, assim como Federici fornece aporte ao considerarmos tais apontamentos, bem como foi exposto por Descartes, sendo justamente diante dos métodos reorganizados pela dicotomia entre corpo *versus* pessoa que o controle social capitalista dita concepções como: a) unilateralmente mental ou b) unilateralmente físico. Logo, a medida que o laboratório, a tortura de pessoas com útero que foram enquadradas como bruxas e o prestígio pelo estudo da anatomia imbricados aos desejos da espetacularização incentivou práticas de violência, força, e, sobretudo, a capacidade que o patriarcado teve em às explorar (FEDERICI, 2017, p. 249 e 250).

Ao utilizar o termo 'espetacularização' também mencionado por Hall (2016), a partir de sua análise que trata-se sobre a pós-modernidade, objetivo ao tornar significativo quando objetivamos acerca dos mecanismos de espetacularização do “outro”, através de alteridades negativas do *ser negro* (HALL, 2016, p. 183), especialmente, como sujeitos abnegados ou abjetos.

Portanto, assume para si, e para os demais, o termo o qual a autora chama de: “teatro anatômico” (FEDERICI, 2017, p.251), em que podemos redimensionar esta referência com base na análise dos casos de V.O⁴, em que as respectivas violações podem ter com o “público” desta espetacularização, a sociedade e àquelas que subjetivamente identificam-se com as representações, ou seja, um corpo em desencantamento ou quando vêm à óbito torna-se um exemplo para as demais, como também pode ser apresentado no documentário “A Dor Reprimida”. Também se trata de efeito mimético.

E, nessa perspectiva, a etnografia de Dalsgaard (2006) dialoga com as exposições que orientam a problemática acerca do tema. As contribuições desta antropóloga permeiam o composto que as autoras supracitadas também mencionam, mas, em outros aspectos, sobre a esterilização de mulheres de camadas baixas no Nordeste, ou popularmente conhecido como “ligamento”/“ser ligada”. Nota-se que, assim como Federici em “Calibã e a Bruxa”, Dalsgaard aborda como esta análise está intimamente interseccionada às relações de poder, ou melhor, de acordo com as manifestações de Michel Foucault, de biopoder (DALSGAARD, 2006, p.131).

Na conjuntura que permeia a análise, a autora diligencia como a relevância do marcador de classe social está imbricado às relações de gênero no contexto brasileiro. De acordo com Dalsgaard, ser esterilizada é, antes de tudo assumir um papel de responsabilidade mediante à sociedade, e suas respectivas representações enquanto: mulher, mãe e esposa, ou ainda, aos aspectos de uma cidadania secularizada (DALSGAARD, 2006, p. 133; p.135).

³ O termo “necropolítica” a qual me refiro recai em relativa oposição ao termo foucaultiano de “biopoder” mencionado por Federici (2017), que resgata a análise de uma política necrótica ou “necropoder” que é racializada, tendo como responsável relevante para esta discussão o filósofo camaronês Achille Mbembe. No entanto, o intuito que respalda esse chamado compõe a necessidade em refletir sobre a interseção de conceitos como “biopoder” de Foucault, o qual Federici também se apoia, e o elo interdependente de necropolítica/necropoder para manutenção do Estado.

⁴ Abreviação para 'Violência Obstétrica'.

Tais reflexões recaem, especialmente, na época em que a etnografia foi produzida. De maneira que, o padrão de vida transformou os mecanismos estruturalmente eugenistas que atacam os direitos sexuais e reprodutivos dessas mulheres com base com intuito punitivista e de controle, seja pelas ideologias, pelas políticas públicas, ou as representações midiáticas de propagandas de margarina que lhes foram ensinadas desde a infância, pois, expressa que mulheres responsáveis não têm muitos filhos, logo, quando fogem das estruturas normativas, como solução lhes é ofertada a esterilização imediatista ou como elemento empoderador.

A possibilidade de escolha entre um parto cesariano ou natural/normal por vezes não lhes é permitida, seja pelo senso comum que, necessariamente, emparelha a imagem de força às mulheres negras e/ou de camadas baixas em oposição às mulheres brancas. À vista disso, Dalsgaard chama a atenção para como a usualidade do termo “dobradinha cesariana-esterilização” (DALSGAARD, 2006, p.147), tornou-se prática associada à ligação de trompas, e, conseqüentemente, ao controle de natalidade no Nordeste (DALSGAARD, 2006, p. 149). Isto é, ser “ligada”, como a autora menciona, representava *status* de relevância econômica e de responsabilidade entre as demais mulheres na região ou do bairro (DALSGAARD, 2006. p.153).

Em razão das propriedades atravessada por circunstâncias pelas quais estavam situadas, majoritariamente, diante de uma assistência não condizente por parte de políticas públicas, lhes tornou alvo da bala. Ocasionalmente, a conjuntura específica de alta morbimortalidade materna no Nordeste, seja de pessoas com útero ou de seus filhos, apresentou-lhes a esterilização — clandestina ou usualmente entendida feito “bem-de-troca”, como resgate imediato de autonomia, de realização ou *status*.

Ou seja, sob análise comparativa, o sentido atribuído à realização da técnica possui características diferenciadas dada a racialização de corpos para qual costuma ser indicada a esterilização, e ainda, o significativo inerente quando se trata de um modelo sistêmico que não considera o campo múltiplo sobre maternidade, de parto, de crianças, e de vida, num amplo aspecto da humanização da gestação e do parto, perspectiva também mencionada por Tempesta (2019).

O intuito destina-se também ao chamar atenção acerca de movimentos como o *childrenfree*⁵, sob uma concepção liberal que, abomina e incorpora estigmas sociais às parturientes ou mães pela concepção distorcida que incide como discurso de ódio, como exclusão, ou marginalização acerca de maternidade. No entanto, objetivo chamar atenção ao exercício em resignificar o desejo daquelas que desejam ser mães, e ainda, aquelas que tornaram-se mães por múltiplos fatores. A discussão sobre direito ao aborto e autonomia feminina sobre seu corpo e sua trajetória são criminalizadas pelo Estado e inassistida pelas políticas públicas, enquanto mulheres morrem em hospitais dado o panorama de precarização da vida.

⁵ O termo de origem norte-americana remonta ao sentido de “sem filhos”, e ainda queira dizer “livre de crianças”. Dado um contexto histórico-cultural que começou a ganhar notoriedade como emancipação de mulheres de camadas de classe média em busca de inserção no mercado de trabalho que foi reconhecido como um dos movimentos feminista cuja vertente é liberal. Outrora, pela historicidade dos resultados da colonização, a maternidade esteve intrinsecamente associada às mulheres negras, pardas e/ou indígenas como manutenção do sistema colonizador e mão de obra para trabalho, ascensão econômica e objetificação do ser humano. O parir não era simbólico, e sim circunstância para reprodução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ao concluir essa análise, também como há reinserção de casos de violência obstétrica que têm resultado em óbitos, ou traumas às vítimas, que pode estar particularmente localizado também sobre territorialidade cujo marcadores como gênero, raça e classe impactam de maneira seletividade ao tornar corpos “mais apropriados” aos dispositivos de controle, seja para viver ou seja para morrer.

Ou seja, de acordo com os casos mencionados inicialmente de maneira dialética às circunstâncias que mencionadas sobre esterilização no Nordeste diante um amplo espectro da historicidade que comunica os fatos da colonização de corpos que são racializados, ser fértil lhes representou, necessariamente, a exclusão defronte sociedade — seja pela quantidade de filhos, composição familiar normalmente aceita, ou faixa-etária. Em comparação dicotômica, resultou na insalubridade de suas vidas e de seus filhos, negligência de direitos básicos e acesso à informação.

A fragilidade dos relatos mencionados ao longo deste, dialogam e manifestam significados, demandas e representações sociais no que concerne ao fenômeno de violência obstétrica ao resultado que expõe ao reivindicar por uma saúde integral que garanta opção de escolha sobre seu corpo e respectivamente aos procedimentos para melhor entendimento acerca de direitos sexuais e reprodutivos, sobre a operacionalização sistêmica que continua a perseguir pessoas com útero marcadas como dissidentes.

Nesse sentido a precarização da vida nas regiões periféricas, a relação ao tornar-se mãe marca um mecanismo que autoriza, avalia, observa e pondera sobre estas pessoas de acordo com a manutenção lógica e tecnicista no que diz respeito à ampla categoria deste corpo. Em conformidade, pelas localidades sociais, o resgate pelo o que demanda discutir relações de gênero, direitos sexuais, à saúde reprodutiva, suas representações e particularidades no Brasil é, sobretudo, romper com aprisionamentos e ressignificar de múltiplas maneiras o entendimento acerca de autonomia e emancipação feminina. Quais os resultados que esta aplicabilidade seletividade têm resultado? Segundo Werneck e Iraci (2016) informa-se que uma em cada quatro mulheres são vítimas de violência obstétrica no Brasil, que diz respeito de má conduta médica desde o pré-natal até pós-nascimento da criança que são das mais diversas vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades. Limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2018.
- DALSGAARD, Anne Line. *Vida e Esperanças — esterilização feminina no Nordeste*. São Paulo: Editora da Unesp. 2006.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo. Capítulo 12 — “Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos”, pp. 205-223. 2016.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. Capítulo 1 — “O negro e a linguagem”, pp. 33-52. 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Prefácios, Introdução, pp. 07-38; Capítulo 2 — “A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres”, pp. 111-234 e Capítulo 3 — “O grande Calibã. A luta contra o corpo rebelde”, pp. 237-284. São Paulo: Editora Elefante. 2017.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, pp. 223-240. 1984.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- MATTAR, L & DINIZ, C. S. G. *Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres*. *Interface* v. 16(40). 2012.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona. 2014.
- PIMENTEL, C. et al. *Autonomia, Risco e Sexualidade. A humanização do parto como possibilidade para redefinições decoloniais acerca da noção de sujeito*. *REALIS*, 4 (1): 166-185. 2014.
- PULHEZ, M. M. 2013. “Parem a violência obstétrica”: a construção das noções de “violência” e “vítima” nas experiências de parto. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* 12 (35): p.544-564
- QUEIROZ, Nana. *“Presos que menstruam”: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens nas prisões brasileiras*. 1ª Edição. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record. 2015
- SIMAS, R. & MENDONÇA, S. S. *O caso de Adelir e o movimento pela humanização do parto: reflexões sobre violência, poder e direito*. *Vivência. Revista de Antropologia* 48: 89-104. 2016.

SALES, Mariana. “A Dor Reprimida: violência obstétrica e mulheres negras”. Documentário. 2017.

SOARES DE ARAÚJO, Gabriela. Entrevista com a Cientista Política Flávia Birolli (IPOL/UnB). v. 5 n. 2 (2019): Dossiê Antropologia do Parto: um olhar para o campo dos direitos sexuais e reprodutivos em relação com o mundo do trabalho. 2019.

TEMPESTA, Giovana Acácia. Quando cuidar é sinônimo de prevenir e combater a violência institucional. A doulagem como agenciamento social em saúde. 2019.

WERNECK, Jurema & IRACI, Nilza. A situação dos direitos das mulheres negras no Brasil. Violências e violações. “Luto feito mãe — A maternidade ultrajada”, pp.14-21. Realização: GELEDÉS, Instituto Mulher Negra, CRIOLA, Organização de Mulheres Negras e Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB). 2016.